

## O Ensino de Jornalismo diante dos ‘Problemas de Gênero’<sup>1</sup>

Gean Oliveira GONÇALVES<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

### RESUMO

Este texto aborda o despertar de iniciativas jornalísticas pelo Brasil e pelo mundo em prol de coberturas mais sensíveis com o recorte de gêneros, sexualidades e desigualdades. Em seguida, apresenta um levantamento sobre como os cursos de Jornalismo no Brasil passam a enfrentar o desafio ético e epistemológico de promover o diálogo entre Estudos de Gênero e Estudos de Jornalismo, a partir das mudanças nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Jornalismo e pela maior vocalização dos temas de gênero na sociedade brasileira. Por fim, apresento interrogantes e desafios para uma pesquisa aprofundada sobre a formação de jornalistas e os discursos da atualidade sobre as relações de gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de Jornalismo; Estudos de Gênero; Cursos de Jornalismo; Jornalismo e Gênero; Matriz Curricular.

### O despertar das editoras de gênero

Despertou-me a atenção, quando a imprensa brasileira noticiou, no fim de 2017, que o *New Yorker Times*, um dos jornais mais significativos do mundo e um farol para boa parte do jornalismo brasileiro, criou o cargo de editora de gênero. Foi a primeira vez que um meio jornalístico criou uma posição dessa natureza com o objetivo de melhorar a abrangência atual dos temas relacionados com gênero e igualdade.

Não foi de se surpreender que em seguida, em maio de 2018, o espanhol *EL PAÍS* comunicou a criação da mesma figura dentro do jornal. A jornalista Pilar Álvarez foi a primeira escolhida para ocupar o posto e terá o objetivo de planejar e melhorar a cobertura

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teoria do Jornalismo, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutorando em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da USP. Jornalista voltado aos direitos da população LGBT, aos temas de gênero e sexualidade na comunicação social. E-mail: geangoncalves@usp.br.

---

sobre os temas de gênero. Segundo Pilar Álvarez<sup>3</sup>, uma das suas funções será de atuar como uma vigia para que haja sempre um equilíbrio na presença de homens e mulheres nas informações.

No *New Yorker Times*, a posição foi ocupada pela jornalista e escritora Jessica Bennett. Ela terá o desafio de suscitar discussões sobre gênero na publicação e atrair novos públicos. A nova editora foi escolhida para ocupar a função depois de uma seleção com cerca de 300 interessados. Para Bennett, gênero deve ser visto da seguinte forma:

I see gender as a lens through which we view global storytelling. So that certainly means writing about feminism and women's roles in politics and culture and economics, but it also means covering masculinity and sexuality and gender fluidity and race and class and looking at science and health and parenting and sport all through this lens.<sup>4</sup>

A jornalista indica que a cobertura com atenção às questões de gênero significa mais do que produzir novos conteúdos. Passa a ser responsável pelo tom dado às narrativas, aos aspectos visuais, por quem está escrevendo, por quem é fotografado, quem são as fontes e os especialistas consultados.

Essas novas funções revelam de algum modo uma atenção com os problemas de gênero dentro do jornalismo. Aqui há uma alusão ao trabalho marcante da filósofa norte-americana Judith Butler, nome de referência nos estudos de gênero contemporâneos. Em 1990, por meio da obra “Problemas de gênero - feminismo e subversão da identidade”, Butler (2003) foi responsável por indicar que o gênero é uma instância que reflete problemas de desigualdade, que nos corpos é constituído como um fenômeno fundacional e natural, mas que de fato é constituído por atos performativos discursivamente compelidos, isto é, mediante práticas culturais e sociais nós produzimos sentidos corporais com o objetivo de atender uma ordem compulsória, quando não o fazemos ou não atendemos às normas, somos corpos subversivos.

Não se pode ter dúvidas que gênero é um ingrediente fundamental para compreender alguns valores e situações de poder na cultura jornalística, mas também é parte constituinte dos critérios jornalísticos de noticiabilidade e relevância social

---

<sup>3</sup> Conferir “EL PAÍS passa a ter uma editora de gênero”, publicado em 16 mai. 2018: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/11/internacional/1526063643\\_313967.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/11/internacional/1526063643_313967.html).

<sup>4</sup> Entrevista cedida ao New York Times em 13 dez. 2017: <https://www.nytimes.com/2017/12/13/reader-center/jessica-bennett-our-new-gender-editor-answers-your-questions.html>.

---

(VEIGA, 2012), ou seja, nos diz sobre os corpos e as leituras que o jornalismo faz dentro das sociedades sobre comportamentos e parâmetros normativos da vida.

Torna-se necessário frisar que jornalistas carregam interpretações de mundo que podem ser machistas, racistas e discriminadoras com pessoas LGBT da mesma forma que outros sujeitos sociais o fazem, mas jornalistas elaboram narrativas transformadoras com ênfase em experiências singulares ao mesmo tempo em que entrelaçam um diálogo com contextos coletivos. (GONÇALVES; MEDINA, 2018, p. 184)

Outro sinal da exploração do tema no jornalismo é que se tornou crescente, internacionalmente, o número programas de bolsas de reportagens<sup>5</sup> com o foco em mulheres e pessoas LGBT, tanto com a proposição de que jornalistas marcados por essas identidades fortaleçam sua presença no jornalismo quanto com a busca por coberturas mais sensíveis com o recorte de gênero e desigualdade.

No Brasil, algumas iniciativas jornalísticas também demarcam gênero como um significativo elemento de compreensão da vida social. É o caso da *Gênero e Número*, uma iniciativa de jornalismo de dados voltada ao debate sobre equidade de gênero fundada em 2016, ou da revista digital *AzMina*, uma publicação online e gratuita criada em 2015 com o objetivo de promover um jornalismo investigativo feminista. Como se pode notar é cada vez mais frequente a ascensão de projetos jornalísticos que articulam educação, informação e cultura na perspectiva de gênero.

O que se pode dizer é que tais iniciativas são diferentes de outros espaços midiáticos, mais do que mobilizar politicamente as questões de gênero, o que já é feito por grupos feministas e LGBT de forma estratégica e com discursos que apontam para as desigualdades sociais fundadas nas diferenças. Trata-se aqui do desenvolvimento de posturas jornalísticas, marcados por estratégias – da criação da pauta à produção narrativa – que estão voltadas às questões de gênero.

Se no recorte das práticas jornalísticas se percebe uma inserção de novas demandas e valores para a comunidade profissional dos jornalistas, o mesmo também é marcante no nível universitário, com a ampliação da diversidade dos estudantes, que funcionou como um dispositivo de produção de subjetividades em relação ao campo profissional. Jovens negros, mais mulheres e mais LGBT nas cadeiras das salas de aula

---

<sup>5</sup> É o caso de projetos mobilizados pela International Women's Media Foundation, International Reporting Project e pela Fundação Gabriel García Márquez para o Novo Jornalismo Iberoamericano.

---

pontuam novos desafios e a necessidade da escuta de outras vozes sociais na prática do jornalismo.

Como fruto disso, o que se passa a notar, entre professoras e professores, é que elas e eles [o corpo discente] têm um expressivo interesse em desenvolver narrativas marcadas por questões de Direitos Humanos, dos temas em torno das vulnerabilidades de gênero, de raça/etnia, classe e sexualidade e das pessoas com deficiência. Aproveito-me de uma interrogante de um pesquisador-professor que também percebeu tais sinais de transformação: “estariam eles percebendo diversos tipos de marginalizados como protagonistas sociais?” (ZIBORDI, 2017, p. 203)

Os graduandos optam por escrever, e se comprometer, com tais pautas sociais. Também passam a questionar os silêncios: seja pela ausência dos temas nos conteúdos programáticos, seja pela não presença das vozes diversas no corpo docente ou na apresentação de um conhecimento situado, ligado a uma epistemologia do sul, das mulheres, dos negros e das LGBT. Nesse cenário, é cada vez mais comum encontrar posições políticas mais conflitivas e docentes confusos, que não sabem como se ater a tais questões contemporâneas ou que estão em busca de atender aos reconhecimentos desencadeados pelas identidades.

Contudo, uma grande questão que parece emergir é se os cursos de Jornalismo estão a construir um diálogo sobre gênero? Se sim, como estamos inserindo as reflexões de gênero? Os jovens jornalistas poderão encarar esses novos flancos de atuação?

### **Cursos de Jornalismo e os temas de gênero**

No Brasil, a formação universitária em Jornalismo é oferecida por cerca de 426 cursos em atividade, segundo dados colhidos na plataforma e-mec do Ministério da Educação<sup>6</sup>. Apesar da autonomia das instituições de ensino superior para formular e manter cursos de graduação, todos são regulados por normas de abrangência nacional, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Jornalismo.

Este documento indica, por exemplo, o que se espera do concluinte do curso de Jornalismo. É que ele ou ela ao desenvolver a formação universitária esteja

apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por

---

<sup>6</sup> Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior: <<http://emec.mec.gov.br/>>.

---

um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social (BRASIL, 2013).

Desde 2015, os cursos obedecem uma nova orientação na qual os cursos formam bacharéis em Jornalismo e não mais profissionais em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Para o professor Eduardo Meditsch (2017), essa nova configuração reestabelece o encontro da identidade com a profissão e enfraquece a ideia de um comunicador polivalente. A comunicação social é uma área acadêmica que agrega profissões com diferentes funções, não há uma profissão de comunicador social, assim como ocorre na Saúde. Lá há distintas profissões (e suas respectivas disciplinas) como a Medicina, a Odontologia, a Enfermagem, a Fisioterapia, sem se valer da ideia de habilitações e da constituição de um profissional polivalente em saúde.

Com essa configuração, é possível pensar em conteúdos fundamentais que serão abordados de modo a responder questões particulares suscitadas pelo exercício profissional. Entre tais questões particulares, não se dispõe nas diretrizes sobre uma preparação para atuar com os temas de gênero, mas há como competência a ser desenvolvida: a compreensão e valorização de conquistas históricas da cidadania por meio do regime democrático, do pluralismo de ideias e de opiniões, da cultura da paz, dos Direitos Humanos, das liberdades públicas, da justiça social e do desenvolvimento sustentável.

Portanto, é possível pensar em dimensões e relações entre Jornalismo e Gênero como desafios de origem transdisciplinar e fundamentais a formação, uma vez que é uma perspectiva da contemporaneidade em virtude da vocalização de inúmeras vertentes e perspectivas feministas e dos movimentos LGBT atuantes no mundo todo, assim como pelos diagnósticos da necessidade de superar as desigualdades de gênero.

Dessa maneira, interrogo-me se em um cenário em que os temas de gênero parecem nos interpelar em prol de uma atuação jornalística comprometida com a igualdade e com a cidadania, não é necessário formar um jornalista capaz de captar e promover o diálogo social com os temas de gênero?

No âmbito da pós-graduação e da pesquisa, por exemplo, há estudos de questões específicas ao Jornalismo que se refletem na criação de linhas de pesquisa, revistas acadêmicas, entidades profissionais, programas de pós-graduação e demais experiências

articuladoras de sentidos críticos e de aperfeiçoamento social da profissão. No estágio atual, os estudos de gênero parecem ganhar fôlego e efervescência com teses e dissertações, revistas científicas, eventos temáticos e encontros entre pesquisadores.

O campo dos Estudos de Gênero desafia o olhar e os valores culturais sentidos e racionalizados como naturais, além de direcionar ações para subverter lógicas e ordens estabelecidas. Por isso, é preciso observar quais são as demandas e os impactos nesse momento de efervescência epistêmica no ensino de Jornalismo.

É importante frisar, no entanto, que o curso de graduação não busca garantir uma formação humanística ampla e completa, muito menos terá que atender uma formação específica nos estudos de gênero, mas pode indicar ao futuro bacharel que ele é um agente cultural e intelectual de impacto social, portanto, que o seu aperfeiçoamento será contínuo e um desafio a ser perseguido.

É claro que esses conteúdos conceituais podem ser úteis para a cultura geral e a formação científica do aluno, mas um jornalista precisa antes conhecer a realidade do que conhecer conceitos de outras ciências humanas. Os conceitos são úteis como ferramentas na medida em que sirvam para ajudá-lo a conhecer e interpretar a realidade (MEDITSCH, 2017, p. 105).

Donna Haraway (1995) faz uma denúncia sobre as formas científicas de conhecimento que é importante de ser trazida aqui. A objetividade e o método científico são revestidos de uma ideologia oficial de modo que a fabricação do conhecimento passa a ser entendido como descorporificada, isto é, os saberes produzidos são conhecimentos fabricados para emular a ideia de universalidade, com significados que serão o parâmetro para todas as traduções e conversões.

Portanto, o conhecimento que não é situado pelas questões de gênero e demais marcadores de diferença é apoiado no olhar que circunscreve os corpos marcados. Quando não se fala de gênero, como uma categoria analítica, abre-se margem às leituras culturais hegemônicas de gênero.

## **Disciplinas de Gênero**

Rastrear conteúdos de gênero não é uma tarefa simples. Principalmente, em um momento no qual há projetos e discursos políticos no País que tentam coibir o diálogo sobre assuntos ligados a gênero em sala de aula. Setores políticos no Brasil e em outras partes do mundo passaram a se organizar contra as diferenças que têm modificado

desigualdades de gênero e que tornam público a necessidade de respeito à diversidade. É importante destacar que compreendo o ensino de gênero como o debate sobre as demandas por igualdade jurídica, econômica, política e social, além de segurança cotidiana e reconhecimento de grupos vulneráveis.

Em artigo recente, o sociólogo brasileiro Richard Miskolci (2018) indica que essa perseguição é atrelada a falsa ideia de “ideologia de gênero”. Entre os efeitos desse fenômeno, está uma cruzada moral e uma “política do medo e da perseguição que ele instaura contra intelectuais, artistas e educadores/as”:

[...] foi por meio da discussão dos planos educacionais país afora que o fantasma se alastrou pelo Brasil e – ao contrário do que se noticiou na maior parte da imprensa – menos por meio de lideranças neopentecostais do que por católicas e laicas. Empreendedores morais formados por grupos de interesses diversos uniram-se para reagir ao avanço dos direitos sexuais, em especial para barrar a luta contra a homofobia no ambiente escolar e o reconhecimento da diversidade de gênero. Sua aliança, que tem características circunstanciais, prováveis divergências internas e até objetivos que vão muito além de combater o que chamam de “ideologia de gênero”, indubitavelmente pôs em ação uma cruzada moral que se assenta em um mesmo campo discursivo de ação. (MISKOLCI, 2018)

Na tarefa de observar vestígios de debates de gênero, foi necessário optar por uma amostra de cursos de jornalismo que representasse a qualidade da formação brasileira e a origem da maior parte do quadro profissional que ocupa atividades jornalísticas pelo País.

Em 2017, o jornal *Folha de S. Paulo* publicou mais uma edição da avaliação que o periódico faz do ensino superior do Brasil, o RUF – Ranking Universitário da Folha<sup>7</sup>. Uma avaliação que é arquitetada a partir de indicadores de pesquisa, ensino, mercado, internacionalização e inovação, que são desenvolvidos por meio dos dados coletados de bases como o Censo da Educação Superior Inep-MEC, do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), de bases de pesquisa como o SciELO, Web of Science e de entidades como o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e das fundações estaduais de fomento à pesquisa.

Entre os produtos da edição de 2017 está o ranking de cursos, onde é possível encontrar a avaliação dos cursos de Comunicação (o que inclui até o momento os cursos

---

<sup>7</sup> O RUF que pode ser consultado no seguinte endereço: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2017/>>.

de Jornalismo) oferecidos por universidades, por centros universitários e por faculdades. Foram avaliados 350 cursos de Comunicação pelo País em instituições públicas e privadas. Assim, para efeitos da presente pesquisa, pela abrangência e qualidade da avaliação, foram selecionados os bacharelados em Jornalismo das 25 instituições melhor posicionadas no RUF ao se avaliar os cursos de Comunicação.

De modo que pudéssemos reconhecer junto as informações disponibilizadas ao público pelas instituições, principalmente, pela matriz curricular, mas em alguns casos, pelo projeto pedagógico, como é fomentado o ensino/diálogo com os temas de gênero, igualdade e respeito aos Direitos Humanos. Foi possível identificar os conteúdos de gênero e Direitos Humanos e movimentos sociais contemporâneos quando os títulos das disciplinas indicavam tais temáticas ou quando programas das disciplinas e projetos pedagógicos (quando disponibilizados) informavam quais são as reflexões conceituais praticadas pelos docentes em conjunto com o corpo discente em sala de aula.

Os resultados estão descritos na tabela abaixo:

**Tabela 1:** Cursos de Jornalismo no Brasil e disciplinas de Gênero

	IES	Estado	Conteúdo em Disciplina	Conteúdo sobre Direitos Humanos ou movimentos sociais contemporâneos
1	Universidade de São Paulo (USP)	SP	---	"Jornalismo popular e comunitário"
2	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	RJ	---	---
3	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	RS	"Seminário de Comunicação, Gênero e Sexualidade"	"Arquivos, memória e direitos humanos"
4	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	MG	"Tópicos em comunicação social: mídia, gênero e sexualidade"	"Comunicação e movimentos sociais"
5	Faculdade Cásper Líbero (FCL)	SP	---	"Jornalismo, cidadania e ação social"
6	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	SP	---	"Jornalismo e movimentos da sociedade"  "Jornalismo contra-hegemônico: comunitário e alternativo"
7	Universidade de Brasília (UnB)	DF	---	"Comunicação comunitária"



8	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	RS	---	----
9	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SC	"Jornalismo e Gênero"	---
10	Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)	SP	---	"Direitos Humanos e Jornalismo"
11	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	"Comunicação e gênero"	"Comunicação e cidadania"
12	Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)	SP	---	"Jornalismo comunitário" "Módulo de formação cidadã II"
13	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)	RJ	---	"Ética Socioambiental e Direitos Humanos"
14	Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)	SP	---	"Políticas Públicas e Direitos Humanos"
15	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	BA	---	"Comunicação e sociedade"
16	Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP)	SP	----	----
17	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS)	MG	----	"Sociedade e comunicação"
18	Universidade Federal do Ceará (UFC)	CE	---	"Diferença e enfrentamento profissional nas desigualdades sociais" "Seminário I: Cobertura da Agenda Social" "Educação em Direitos Humanos"
19	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	RJ	---	---
20	Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	"Comunicação e questões de gênero"	"Mídia e movimentos sociais"
21	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	RS	----	---
22	Universidade Estadual Paulista	SP	----	---

	Júlio de Mesquita Filho (Unesp)			
23	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)	SP	----	“Educação em Direitos Humanos e identidade cultural”  “Comunicação e cidadania”
24	Universidade do Vale do Rio Dos Sinos (UNISINOS)	RS	---	"Laboratório de Jornalismo - Editoria de Cidadania e Direitos Humanos"
25	Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)	PR	---	---

Fonte: Autor

Nas IES consultadas, o que salta aos olhos é que 72% dos cursos de Jornalismo estão a contribuir com uma educação alinhada com o respeito à diversidade e aos Direitos Humanos. Entre todas as instituições consultadas, cerca de 25% abordam conteúdos que diretamente debatem gênero e sexualidade. Notadamente há um esforço em crescimento de alinhar os conteúdos pedagógicos sobre jornalismo e comunicação com propostas que respeitem às várias dimensões humanas e sociais, de erradicação de preconceitos, discriminações e desigualdades.

Todavia, em todos os casos apontados, os conteúdos de gênero surgem em disciplinas eletivas e optativas ou por meio de atividades que os estudantes de jornalismo podem optar por ter ou não ao longo da formação deles. Novamente, ressalto que não tenho com tal questionamento traçar um debate que vai ao encontro com a obrigatoriedade de conteúdos dessa natureza nos projetos curriculares, mas é de se pensar o local e relevância que tais conhecimentos podem significar. É inquietante ainda que tais conteúdos aparecem unicamente nos projetos pedagógicos de cursos de Jornalismo de universidades federais, mesmo com a menor incidência de universidades privadas entre as instituições que se destacam nas primeiras posições do ranking consultado (11 das 25 melhores ranqueadas são de natureza não pública). Nesse quadro, as instituições confessionais – provenientes de um contexto cristão – quando tocam tais esferas de debate optam por ter conteúdos ligados à cidadania e aos direitos humanos, o que pode ser uma forma mais ampla de abordar pautas contemporâneas ou ainda uma estratégia de ocultar, mas apresentar as dinâmicas em torno de temas considerados tabu.

---

Também é interessante notar como os temas de gênero, sexualidade e jornalismo emergem com maior predominância entre universidades da região sul do país. Uma hipótese que se ensaia é a existência de grupos de pesquisa ou atores de pesquisa que também articulam tais reflexões dentro dessas instituições de ensino. No entanto, é perceptível que as instituições apontadas entre as primeiras do ranking do jornal consultado estão concentradas no eixo majoritário do ensino superior brasileiro - 88% das IES do ranking pertencem as regiões sul e sudeste do Brasil – uma consulta a mais instituições de ensino superior pode trazer dados adicionais sobre o ensino de gênero e a regionalidade. No entanto, aqui as IES do sul do País ocupam uma posição de destaque no ensino de gênero no Jornalismo.

### **Considerações e passos de pesquisa**

Ao produzir tal diagnóstico com as disciplinas relacionadas as temáticas de gênero e sexualidade no âmbito do ensino superior de Jornalismo é possível apontar significativas contribuições e fomentos às práticas e às pesquisas sobre gênero e sexualidade no Jornalismo. Não é possível identificar e nem mesmo distinguir distintas abordagens, se os conteúdos são transdisciplinares ou laboratoriais, por exemplo, somente se são articulados por meio de disciplinas, mas é possível acreditar que possivelmente há a implementação desses temas na formação dos jornalistas. É a partir daí, talvez, com essas discussões que novas gerações de jornalistas se atentarão às violências, desigualdades, múltiplas identidades e demandas de reconhecimento em circulação em nossas sociedades.

Se é possível perceber que a categoria gênero se tornou de grande impacto para a leitura cultural do contemporâneo e que tais debates estão modificando percepções profissionais e empreendimentos no jornalismo, é de se questionar como gênero será apresentado nos conteúdos pedagógicos dos cursos de Jornalismo, tanto por vias de conteúdos disciplinares quanto nas relações instauradas no âmbito da educação superior.

Somente um contato com o ensino-aprendizagem dos estudantes de jornalismo poderia prover mais interpretações e apontar outros modos como tais temas aparecem e com qual qualidade e relevância a questão vêm sendo tratada.

Numa sala de aula, quase tudo acontece de modo muito rápido. Mesmo com planejamento bem estruturado, estratégias pedagógicas de qualidade, recursos tecnológicos de ponta, professores bem formados, as situações de ensino acontecem num “contexto de incerteza”. (SEFFNER, 2011, p. 561)

O professor Fernando Seffner (2011) ao abordar os contextos de incerteza da sala de aula acaba por indicar que há situações e assuntos que “ocupam” as aulas, se fazem presentes nos diálogos do professor com a classe, existem ainda os atravessamentos políticos, os pertencimentos religiosos, as moralidades familiares e geracionais, os silêncios, as censuras e incitações do discurso por parte das pessoas e das instituições que também moldam as estratégias pedagógicas. Tudo isso não é perceptível ao levantamento de um agente exterior sem o contato presencial ou por meio de dados sobre nomes e propostas de disciplinas. Todavia, a pesquisa de doutorado na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo tentará mapear, captar e sentir as questões de gênero e sexualidade no ensino de Jornalismo.

Necessitamos lançar olhares para os aspectos sociais, históricos, culturais e até mesmo profissionais que a discussão de gênero e sexualidade trazem ao Jornalismo, uma dessas flancos é o aspecto educacional, de gestão de saberes e afetos, que espero ter tateado até aqui. Quando não lançamos esses olhares, para além de um aspecto de silêncio, de repressão ou de ocultamento sobre a questão, como bem indica Michel Foucault (1988), estamos a contribuir para com quem já pode falar de sexualidade e de gênero, ou quem já é autorizado a incitar esses discursos com um caráter de verdade, já que esses detêm o poder de produzir saberes autorizados e legítimos sobre esses fenômenos, comportamentos, práticas e processos. Portanto, é um desafio que se coloca e que importantes pesquisadores da atualidade se prestam, cada vez mais, a sentir e compreender.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução n. 1, de 27 de setembro de 2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Jornalismo. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category\\_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 17 jun. 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GONÇALVES, G.; MEDINA, C. Signo da Relação e os desafios das narrativas jornalísticas sobre as LGBT. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, DF, v. 14, n. 1, abr. 2018. Disponível em: <[https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1066/pdf\\_1](https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/1066/pdf_1)>. Acesso em: 2 jul. 2018.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

MEDITSCH, E. No Brasil, o ensino universitário de Jornalismo retoma a identidade com a profissão. **Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación**, v. 14, n. 27, 2017. Disponível em: <<https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/view/1060/520>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 53, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332018000200402&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200402&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 2 jul. 2018.

SEFFNER, F. Um bocado de sexo, pouco giz, quase nada de apagador e muitas provas: cenas escolares envolvendo questões de gênero e sexualidade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19 (2), 336, maio-agosto/2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a17>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

VEIGA, M. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, SC, v. 9, n. 2, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2012v9n2p490>>. Acesso em: 2 jul. 2018.

ZIBORDI, M. A. Graduandos em Jornalismo tendem a escrever livros-reportagem sobre Direitos Humanos? **Brazilian Journalism Research**, Brasília, DF, v. 13, n. 3, dez. 2017. Disponível em: <[https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/994/pdf\\_1](https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/994/pdf_1)>. Acesso em: 2 jul. 2018.